

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2010
(Do Deputado Moreira Mendes)

Solicita informações ao Sr. Fernando Haddad, Ministro da Educação quanto às providências adotadas diante dos sucessivos problemas decorrentes de falhas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no artigo 50 da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação, objetivando obter informações quanto às providências que estão sendo tomadas pelo Ministério para sanar os graves e sucessivos problemas ocorridos no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

Histórico:

O Ministério da Educação vem tendo, de modo recorrente, problemas administrativos para gerenciar a aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Em 2009 os erros começaram quando se constatou que o MEC não dispunha de infraestrutura adequada para fazer inscrições pela Internet. Em seguida, o INEP determinou que vários estudantes deveriam prestar o exame em colégios situados a mais de 300 quilômetros das escolas em que estavam matriculados. Posteriormente, a prova “vazou” dois dias antes de sua realização, deixando clara a falha com a segurança quanto ao teor das provas. Diante das falhas ocorridas foi necessário ser realizado novo teste, às pressas, a um custo superior a R\$ 30 milhões. Além disso, houve atraso no processo pelo fato das provas terem sido aplicadas dois meses após a data prevista, o que desorganizou o calendário das universidades. Na sequência de erros, foi ainda constatado que algumas questões da nova prova tinham viés ideológico

e, no dia em que foi aplicada, o Ministério da Educação divulgou o gabarito errado.

Em nota oficial sobre o cancelamento da prova do ENEM 2009 lançada no site do INEP, o Ministério da Educação e o próprio INEP afirmaram que estavam preparados contra qualquer vazamento. Na mesma nota o INEP também afirmou que tomou todas as providências legais cabíveis e que notificou a Polícia Federal e o judiciário para que os culpados fossem localizados e punidos.

Em 2010, as dificuldades começaram com falhas de logística no planejamento, o que levou à substituição do presidente do INEP. Em agosto, informações pessoais de 12 mil estudantes (inscritos nas três últimas versões) ficaram vulneráveis a qualquer acesso no site do INEP. Posteriormente, ocorreram problemas na escolha dos órgãos responsáveis pela formulação das questões, o que acabou criando problemas para a licitação da gráfica e dificultando, desta forma, a contratação de cerca de 300 mil pessoas, entre coordenadores, aplicadores de provas e profissionais encarregados da correção.

Em vista do exposto indaga-se:

Fiscalização:

- a) como foi feita a fiscalização e o controle de qualidade da matriz das provas e folhas de respostas?
- b) os servidores responsáveis pelo acompanhamento do processo de impressão dos cadernos e folhas de resposta serão investigados?

Impressão das provas:

A Gráfica RR Donnelley, conforme contrato, foi responsável pela impressão dos cadernos de provas do ENEM de 2010 e de 2011:

- 1) quem pagará a republicação das provas?

2) o contrato com a gráfica será rescindido?

3) será aplicada multa pelo erro cometido?

Sigilo de comunicação:

Twitter :

- que providência foi tomada pelo Ministério quanto a quebra de sigilo de comunicação ocorrida no dia da prova por twitter, informando o tema da redação?

Twitter do Ministério:

- porque o twitter do Ministério da Educação fez ameaças aos estudantes que enviavam mensagens de reclamação?
- que medidas o Ministério da Educação está tomando sobre as ameaças divulgadas?

Segurança nos locais de provas:

- Que tipo de segurança foi utilizado nos locais de prova?
- Como se explica fotos das provas terem sido veiculadas em jornais e redes sociais eletrônicas?

A Defensoria Pública da União, em face dos erros acima mencionados, recomendou ao Ministério da Educação que fossem reaplicadas provas para os estudantes. A juíza Carla de Almeida Miranda, da Justiça Federal do Ceará, aceitou pedido de liminar em ação ajuizada pelo Ministério Público Federal e suspendeu, em todo o Brasil, o exame de 2010.

O Ministério da Educação, apesar das evidências, vem rejeitando a suspensão integral e defende uma nova prova apenas para aqueles que foram

atingidos pelo erro por considerar que não houve quebra de isonomia no tratamento dos estudantes que participaram do exame.

O acúmulo das falhas do ENEM desacredita o teste perante as universidades que passaram a adotá-lo na avaliação dos vestibulandos e as que analisam a possibilidade de fazer o mesmo. Por conseguinte o descrédito atinge os estudantes brasileiros.

O futuro de 4,6 milhões de candidatos inscritos é nebuloso. As provas do vestibular da maioria das Universidades brasileiras já estão marcadas e podem vir a chocar, nas datas, com a prova do ENEM, ou como em 2009, obrigar a mudança do calendário do vestibular, o que gerará um prejuízo maior.

Importante se faz que sejam conhecidas, com profundidade, as providências que estão sendo tomadas, por parte do Ministério da Educação, tendo em vista os sucessivos erros que vem ocorrendo na estruturação, acompanhamento e na aplicação das provas do ENEM.

Sala das Sessões, 09 de novembro de 2010.

Deputado MOREIRA MENDES
PPS/RO